

Sociedade civil Organizações pedem também mecanismos de financiamento diretos e eficazes

Indígenas reivindicam demarcação como política do clima

Juliana Causini
O Globo, de São Paulo

Enfrentar a crise climática requer a participação dos povos que, ao longo de séculos, trabalharam na conservação dos ecossistemas que sustentam a vida no planeta. Esse é um dos argumentos de lideranças indígenas que exigem mais participação nas instâncias internacionais que se articulam para tentar frear o colapso do clima.

As organizações também alertam que, para boa parte dos territórios indígenas, a crise climática não é uma ameaça do futuro, mas uma realidade que já afeta as populações.

A inclusão dessas comunidades nas mesas de negociação e tomadas de decisão não é apenas uma questão de justiça, mas de sobrevivência do planeta, diz Valéria Paye, diretora executiva do Fundo Indígena da Amazônia Brasileira, mecanismo voltado para populações originárias.

"Não aceitamos ser só 'convidados'. Se hoje temos uma copresidente indígena na UNFCCC é porque lutamos por isso", afirma Paye, citando Sineia do Vale, do povo Wapichana, que é copresidente do Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças do Clima, conhecido como Caucus Indígena.

A própria criação do Caucus, em 2008, foi um marco na institucionalizar um fórum permanente de articulação de povos indígenas como parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). Mas a avaliação é que a participação ainda precisa ser mais efetiva nas decisões globais.

Para a conferência em Belém, as

lideranças estimam a participação de 3 mil a 4 mil indígenas de todo mundo, números que superam em pelo menos quinze vezes a presença na COP de Dubai, até então aquela que mais teve a representatividade de povos tradicionais.

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab), chegou a pleitear, em Ilkai, uma copresidência indígena na COP30. "O pedido não foi acatado, mas a estratégia ajudou a chamar a atenção para a principal agenda dos povos indígenas, que é inserir a demarcação e a proteção das terras indígenas como políticas de clima nas NDCs do Brasil e dos demais países da Bacia Amazônica", diz Iyá Manchineri, coordenadora-geral da Coaiab. Além disso, foi formado um grupo, capitaneado pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) com 15 representantes de povos indígenas dos cinco continentes para levar suas contribuições à presidência da COP30.

O tema da demarcação como ação aliada do clima consta ainda de carta de oito organizações da Bacia Amazônica, divulgada em fevereiro, com exigência de que os países coloquem a demarcação ou titulação dos territórios indígenas no centro de suas políticas climáticas e nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). "O reconhecimento da importância dos povos indígenas não pode ser apenas retórico; deve se traduzir em ações concretas que assegurem nossos direitos", afirma o texto assinado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab) e Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (Opaiac), entre



Manifestação no Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, nesta semana: entre as demandas está mais protagonismo na COP e nas instâncias de decisão

outras associações brasileiras e latino-americanas.

O assunto também foi trazido à tona esta semana, na abertura do Acampamento Terra Livre, mobilização anual dos povos indígenas em Brasília, numa declaração conjunta assinada por organizações indígenas da Amazônia, das Ilhas do Pacífico e da Austrália.

"A partir de agora, estaremos unidos, declarando ao mundo que, se depender de nós, a COP na Amazônia será o símbolo de uma virada decisiva nas negociações e mobilizações climáticas", afirmam as organizações no texto. "A presidência brasileira da COP30 atendeu ao clamor dos Povos Indígenas da Amazônia e do Brasil e propôs a criação do Círculo de Liderança Indígena. Agora, aguardamos que essa instância se torne real e eficaz, e que tenha peso nos

mais altos níveis. Não queremos uma instituição meramente simbólica e performativa, sem impacto político concreto", declaram.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), cerca de 80% da biodiversidade mundial encontra-se em terras indígenas e comunidades locais. Paye lembra da contribuição dessas populações para preservação de áreas nativas.

Outra demanda é a criação de uma arquitetura financeira na UNFCCC que considere o financiamento direto a organizações indígenas, a partir de mecanismos próprios, com destinação de recursos voltados a ações climáticas de mitigação, adaptação, perdas e danos nos territórios indígenas.

Para reforçar a importância do tema, Kleber Kariuna, coordenador executivo da Articulação dos

Povos Indígenas do Brasil (Apib) cita um estudo, encomendado pela Rainforest Foundation Norway, que revelou que menos de 1% do financiamento voltado para essas populações de fato chega aos povos indígenas. "Queremos que o reconhecimento sobre a importância da preservação pelas populações indígenas deixe de ser um reconhecimento somente científico e passe também a ser político, com apoio direto para as populações", avalia a liderança da Apib.

A avaliação de Paye é que a abertura do governo brasileiro para participação indígena na conferência em Belém ainda é limitada e que, por isso, essas populações têm se organizado em eventos paralelos e consolidação de "redes globais" de mobilização. Representantes indígenas também estarão na Cúpula dos Povos, espaço independente que vai reunir 400 movimentos sociais durante a COP30.

Para a conferência em Belém, a participação indígena e de povos

tradicionais também esbarra nos problemas de infraestrutura enfrentados por outros setores da sociedade civil, que geram preços altos para quem busca hospedagem na cidade. A expectativa de organizações do setor é que o governo brasileiro consiga intervir para oferecer estadias mais acessíveis.

Além das demandas indígenas, lideranças quilombolas alertam para a falta de representação efetiva nos espaços da COP30. Érica Monteiro, liderança da Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu), diz que, embora a COP no Brasil tenha um foco significativo em povos indígenas, outras comunidades tradicionais — como quilombolas, ribeirinhos e extrativistas — têm ficado à margem das discussões.

Ela critica a dificuldade de acesso a recursos e estruturas que permitam uma participação no evento, e observa que a organização da conferência precisa de espaço para essas populações.

"No Pará, somos 130 mil quilombolas. Quem está preservando as florestas hoje? São os povos tradicionais: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores. Mas nossa voz não está sendo considerada", afirma ela, que acrescenta que a agenda prioritária do movimento é regularização fundiária dos territórios quilombolas. "Mas ainda não chamaram a população quilombola para uma conversa. É tudo muito distante." (Colaboração Andréa Vialli)



"Não aceitamos ser só 'convidados'. Se hoje temos uma copresidente indígena na UNFCCC é porque lutamos por isso"
Valéria Paye

ONGs se articulam para ampliar voz na conferência

O Globo, de São Paulo

Mesmo sem assento nas mesas de negociação, as organizações não governamentais têm papel estratégico nas Conferências do Clima. Organização de marchas durante os encontros, pressão pública por meio de relatórios independentes e articulações paralelas com negociadores já tiveram influência para destravar impasses decisivos, como ocorreu no Acordo de Paris, em 2015.

Embora a influência das ONGs e instituições climáticas tenha crescido, sua participação nas decisões finais das COPs segue limitada. A conferência, apesar de projetada para engajar diversos setores, mantém seu núcleo de decisões fechado na zona azul, acessível apenas por delegações diplomáticas e observadores credenciados.

Para contornar essa limitação, ambientalistas costumam buscar diálogo com negociadores meses antes da conferência, na tentativa de garantir influência na agenda e, em alguns casos, submissão de propostas formais ao secretariado da convenção.

O fato de a conferência acontecer no Brasil, depois de anos de COPs em países democraticamente fechados, tem sido motivo de entusiasmo por parte de ONGs e ativistas. A predisposição da presidência atual para

impulsionar uma 'Agenda de Ação' com participação multissetorial é outro motivo de ânimo, apesar da atual baixa ambição climática internacional.

Tatiana Oliveira, especialista em políticas públicas da ONG WWF-Brasil, avalia que o atual cenário global — com atrasos generalizados na entrega das metas climáticas pelos países e desmobilização de atores globais importantes, como os Estados Unidos — torna a pressão da sociedade civil ainda mais estratégica.

"Estamos vendo uma perda de ambição coletiva. A mudança do clima pode ser catalisadora de desigualdades ou ferramenta de combate à pobreza e a mobilização social é o que puxa o debate para o lado certo", afirma Oliveira, que defende que a sociedade civil tenha um espaço de manifestações legítimas dentro da zona azul, o espaço de negociações e conferências da COP30.

A secretária-executiva do Instituto Socioambiental (ISA), Adriana Ramos, lembra que o processo de mobilização nos termos da COP cumpre papel importante de pressão política, mesmo que a sociedade civil não seja parte da convenção. "Quando se chega próximo ao fim da COP é comum que você tenha um impasse, sem grandes decisões. E, muitas vezes, os acordos finais só aconteceram por causa da

pressão da sociedade. Normalmente, o que move os avanços é justamente isso", afirma Ramos.

Os representantes do ISA e do WWF-Brasil concordam que o fato de o governo brasileiro promover fóruns com a sociedade civil não significa que essas propostas chegarão à mesa de negociação, mas avaliam que a mobi-

lização é fundamental para dar visibilidade para vozes dissidentes na COP30. Elas citam, por exemplo, as agendas que pressionam países a reduzirem a exploração de combustíveis fósseis, inclusive no Brasil.

Neste ano as organizações não governamentais brasileiras também esperam que o país repita a

abertura que teve nas últimas duas COPs — em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, e em Ilkai, no Azerbaijão — ao garantir credenciais para que um número limitado de representantes possa ao menos entrar nas áreas mais restritas da conferência. O número exato de países está em definição e depende também do desenho da estrutura geral das delegações internacionais.

Para o secretário-executivo do Observatório do Clima, Márcio Astrini, a participação social na COP tem uma importância que ultrapassa o documento final da conferência, a ser definido em salas fechadas. Mesmo nos corredores, a articulação e o encontro entre diferentes setores é relevante, defende Astrini.

"É ali que uma empresa senta para conversar com um governo ou com uma organização, mesmo quando têm opiniões contrárias. É um espaço privilegiado de troca de ideias e de articulação de iniciativa", avalia Astrini, que concorda com Ramos sobre a importância de a mobilização civil ser um catalisador político dos acordos. "Se os chefes de Estado chegam à COP e não encontram a imprensa, gente na rua e manifestação, o impulso de avançar cai. Mas se houver milhares de pessoas cobrando, há uma chamada para ação", observa.

Com as restrições para a partici-



Kamila Camilo, do Oyá: custo de hospedagem limita a representatividade

pação no evento principal, movimentos sociais têm articulado uma "COP paralela" em Belém, prevista para acontecer fora da estrutura oficial do evento. A proposta é criar uma espécie de "street zone" — em referência às zonas azul e verde —, com espaço autônomo de debate, manifestações e visibilidade para agendas historicamente marginalizadas.

Levar as pessoas para Belém e instalá-las na cidade-sede, no entanto, tem sido um desafio para garantir a representatividade na COP30 deste ano. Apesar do entusiasmo da conferência acontecer no Brasil, há consenso de que as barreiras de infraestrutura e os custos altos têm sido impedimentos para a presença mais diversa de organizações, pesquisadores e movimentos sociais.

"Apesar de a COP acontecer, pela primeira vez em anos, em um país democrático, isso não significa que a participação está sendo democratizada", avalia a ativista climática Kamila Camilo, diretora executiva do Instituto Oyá. Ela entende que o custo para hospedagem na capital paraense é um dos fatores que pode limitar severamente a presença de organizações climáticas menores, lideradas por mulheres, negros ou grupos de subrepresentados. "A barreira econômica é a primeira que reduz a representatividade", diz Camilo. (JC)